

ANEXO H

INFORMAÇÃO SOBRE O REGIME FISCAL APLICÁVEL AOS CONTRATOS DE SUBVENÇÃO ASSINADOS AO ABRIGO <GCCA+AO-2019-APP01 >

1. Quadro jurídico

Os impostos em causa no presente anexo são os impostos indiretos como os impostos sobre o valor acrescentado, direitos aduaneiros e de importação, bem como outras imposições de carácter fiscal.

Os impostos, incluindo o IVA, não são elegíveis, sendo, portanto, considerados como parte do montante total estimado dos custos aceites da ação para efeitos de cofinanciamento, desde que os beneficiários (ou, se aplicável, a(s) sua(s) entidade(s) afiliada(s)) possam demonstrar que não os podem recuperar.

Incumbe ao requerente tomar conhecimento do regime fiscal, por exemplo dirigindo-se às autoridades competentes da administração relevante no país de estabelecimento do requerente e/ou do país ou países parceiros.

Note-se que o IVA não é elegível quando for pago por um organismo público¹ de um Estado-Membro da UE relativamente a atividades que desempenha como uma autoridade pública de um Estado-Membro da UE. Estas atividades são estritamente limitadas ao exercício de poderes soberanos ou prerrogativas de um Estado-Membro da UE (polícia, justiça e gestão do domínio público)².

2. Como podem o(s) beneficiário(s) (ou, se aplicável, a(s) sua(s) entidade(s) afiliada(s)) provar que não beneficiam de uma isenção fiscal e que não podem recuperar os impostos?

Os beneficiários (ou, se aplicável, a(s) sua(s) entidade(s) afiliada(s)) devem demonstrar que não beneficiam de uma isenção fiscal e que não podem recuperar os impostos nos termos da legislação nacional. Os beneficiários (ou, se aplicável, a(s) sua(s) entidade(s) afiliada(s)) terão de *provar que efetuaram as diligências necessárias junto das autoridades competentes para obter uma isenção ou a recuperação dos impostos pagos*.

Estes elementos comprovativos podem assumir as formas seguintes:

- documento oficial da autoridade fiscal competente que declara que a entidade não tem direito à recuperação dos impostos pagos relativamente às atividades em questão (e que isto não depende do simples facto de não desejar ser sujeito passivo do IVA). Este documento oficial pode ser uma declaração específica ou um pedido de reembolso indeferido pela autoridade fiscal competente;
- a ausência de resposta pela autoridade fiscal competente, dentro do prazo legal previsto pela legislação nacional aplicável a um pedido apresentado em tempo útil (ou 6 meses na ausência de um prazo legal);
- as contas anuais da entidade complementadas, se considerado necessário pela Administração Contratante, por exemplo por um extrato da legislação nacional em matéria de IVA que demonstre que a entidade não tem que se registar para efeitos de IVA, uma

¹ Entende-se por «organismo público», um organismo de direito público que faz parte de uma administração pública. Tal implica que os organismos privados encarregados de serviços públicos não sejam nunca considerados como exercendo atividades na qualidade de autoridades públicas para este efeito.

² Por conseguinte, o IVA sobre atividades como a formação, o reforço das capacidades, a assistência técnica, o apoio às políticas, etc., é elegível.

declaração solene da entidade em causa acompanhada por uma declaração de um perito (por exemplo, um advogado, auditor, etc.).

Os beneficiários (ou, se aplicável, a(s) sua(s) entidade(s) afiliada(s)) devem fornecer estes elementos de prova o mais tardar aquando da apresentação do relatório final.

3. Exceções à obrigação de prova

Nos seguintes casos, os beneficiários (ou, se aplicável, a(s) sua(s) entidade(s) afiliada(s)) não serão obrigados a requerer isenção ou fornecer prova da não recuperação de impostos.

No entanto, a regra do fim não-lucrativo deve ser respeitada em todos os casos, exceto em caso de derrogação prevista no contrato de subvenção. Um beneficiário (ou, se aplicável, a(s) sua(s) entidade(s) afiliada(s)), que não esteja obrigado a apresentar essa prova deve, por conseguinte, certificar que os impostos pagos pelo financiamento da UE ou cobertos pela sua parte do cofinanciamento não serão recuperados junto das autoridades fiscais locais.

A Administração Contratante concordou em dispensar a obrigação de prova nos seguintes casos:

1) Impostos de valor reduzido:

não tem de ser apresentada prova no caso de impostos relativos a despesas em que o montante dos impostos por fatura é inferior a 200 EUR, com um máximo de 2 500 EUR por contrato e não representando mais de 5 % da contribuição da Administração Contratante.

2) Reembolso das despesas locais, incluindo todos os impostos:

os casos a seguir apresentados serão considerados como prova de que os beneficiários (ou, se aplicável, a(s) sua(s) entidade(s) afiliada(s)) tentaram tomar as medidas necessárias para obter a isenção ou a recuperação dos impostos junto das autoridades competentes:

a) Custo excessivo para a recuperação de impostos

- i) os beneficiários da subvenção (ou, se aplicável, a(s) sua(s) entidade(s) afiliada(s)) demonstram que as diligências necessárias para a recuperação de impostos obrigam a incorrer em custos num país em que se limita a executar as operações relevantes numa base *ad hoc*, pontual; e/ou
- ii) os beneficiários (ou, se aplicável, a(s) sua(s) entidade(s) afiliada(s)) demonstram que os custos de recuperação (taxas de registo no país ou o custo de nomeação de um representante fiscal, taxas de declaração, etc.) excedem claramente o montante dos impostos declarados à Administração Contratante.

b) Prazo excessivo para obter isenção fiscal: quando um mecanismo de isenção fiscal tem de ser concedido pelas autoridades competentes antes da aquisição de bens ou serviços e quando os beneficiários (ou, se aplicável, a(s) sua(s) entidade(s) afiliada(s)) possam demonstrar que o prazo excessivo para esta autorização prévia põe em perigo a execução da ação.

3) Situações de crise: não é necessário fornecer qualquer prova quando um país tiver sido declarado em situação de crise ou de necessidade de ajuda de emergência e ajuda pós-emergência pela Comissão Europeia até à publicação das orientações (ou retificação) e enquanto o país se encontrar nesta situação. Os requerentes que são convidados a apresentar um pedido completo serão informados se o país ou países afetados pelo seu pedido foram declarados em situação de crise.

Os beneficiários (ou, se aplicável, a(s) sua(s) entidade(s) afiliada(s)) devem provar que os requisitos acima referidos foram cumpridos, o mais tardar aquando da apresentação do relatório final.